

ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA: (IM)POSSIBILIDADES E LIMITES

Marcelo Martins Rezende¹
Anna Maria Lunardi Padilha²

Introdução

O presente artigo é parte de uma pesquisa concluída em nível de mestrado e tem como objetivo analisar diferentes manifestações do preconceito contra homossexuais no interior da escola e refletir sobre as (im)possibilidades de seu enfrentamento.

Pensar o fenômeno do preconceito a partir da realidade imediata não é tarefa fácil, pois ora ele se apresenta como algo superado, não havendo mais necessidade de discussão, ora como algo presente requerendo nossa atenção.

Compreender as mudanças contínuas, ininterruptas e contraditórias da realidade exige-nos um modo de olhar. Somos convictos de que o materialismo histórico e dialético é o método que nos possibilita este olhar a fim de transformar a realidade.

A aparente superação do preconceito faz-nos lembrar de Rezende e Padilha (2014, p. 2203) no artigo *Rompendo as margens do preconceito: o materialismo histórico e dialético como possibilidade de leitura da realidade*. Nele os autores apontam alguns indícios de uma aparente superação do preconceito, como: a transmissão em horário nobre de cenas de relacionamentos homossexuais, reportagens acerca de celebridades assumindo suas homossexualidades, o crescente número de participantes das paradas do orgulho LGBT³.

As situações citadas acima mostram alguns episódios que nos indicavam que o preconceito estava sendo superado, ao menos na aparência, pois novos acontecimentos revelam quanto a intolerância permanece presente em diversos setores sociais.

Recentemente vimos se levantar um forte movimento ultraconservador que vem se fortalecendo e apresentando algumas proposituras que retrocedem as conquistas realizadas pelo movimento social LGBT. Citamos algumas para situar o leitor em relação ao caminho da superação do preconceito sexual, caminho que se encontra, ainda, longe de se sair das aparências.

O declínio de conquistas sociais

Uma das marcas do retrocesso em relação às conquistas sociais foi a aprovação na Comissão Especial do Estatuto da Família, na Câmara dos Deputados, que prossegue no Senado Federal. O projeto de lei reconhece como família somente a união entre um homem e uma mulher originada de um casamento ou de união estável e a comunidade formada por um dos pais e filhos. Excluindo do conceito de família um grande número de arranjos familiares possíveis.

Outra marca desta involução pode ser vista na proposição e na conquista da retirada da maioria dos Planos Municipais, Estaduais e do Plano Nacional de Educação as expressões de gênero, sob a alegação de que estariam promovendo a *ideologia* de gênero nas escolas.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, São Paulo. E-mail: rezendemm@ig.com.br

² Docente do Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, São Paulo. E-mail: anapadi@terra.com.br

³ A sigla LGBT é usada para referirem-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 15) convencionou-se o uso do “T” para designar travestis, transexuais e transgêneros e que esta denominação reflete uma trajetória recente, “aberta e sujeita a constatações, variações e mudanças”.

Como se isso não bastasse, uma das últimas proposituras que se encontra em tramitação manifesta mais um grande desatino na área da educação. Estamos nos referindo ao projeto de lei que inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido".

Gaudêncio Frigotto⁴ ao analisar criticamente a referida proposta nos ensina sobre as intenções que se encontram implícitas. Diz ele:

Ao por entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente. (FRIGOTTO, 2016, p. 12).

Tal proposta liquida o papel da escola na formação de cidadãos conscientes, capazes de ler o mundo, e, assim transformá-lo.

Esses exemplos revelam que alguns projetos e proposituras têm contribuído para um silêncio legislador e conseqüentemente para a manutenção e perpetuação do preconceito sexual, ou seja, a homofobia⁵.

A esse respeito Maria Berenice Dias (2011 p. 163), advogada e ex-desembargadora do Tribunal do Rio Grande do Sul, em seu artigo *Legislação brasileira e homofobia* destaca que: “99% dos brasileiros têm algum tipo de preconceito, ainda que velado, contra homossexuais”. Para a advogada, a recusa em legislar a favor da população LGBT, condena essa parte da população à invisibilidade, e que a nosso ver, com um agravante, deixa-os a mercê dos crimes homofóbicos.

O espantoso número de pessoas que têm algum tipo de preconceito contra homossexuais me faz reiterar uma afirmação feitas por Rezende (2015, p. 167), “[...] a homofobia afeta a vida de todos. O heterossexual vai aprendendo a sentir-se na condição de ‘normal’ e a ser preconceituoso e os homossexuais, por sua vez, vão aprendendo que sua sexualidade está ‘fora da norma’. Ninguém sai imune”.

Com o intuito de atingir os objetivos deste trabalho, utilizamos como referencial teórico o materialismo histórico e dialético de Karl Marx, método de estudo que pressupõe a centralidade da história e encontra-se comprometido com a transformação social.

Vestígios históricos acerca da constituição do preconceito

Friedrich Engels (2002), no livro *a Origem da família, da propriedade privada e do Estado* ao descrever como ocorreu a evolução histórica da família e da sociedade, aponta para dados que a nosso ver, contribuíram para o aparecimento, propagação e perpetuação dos preconceitos sexuais.

Em sua obra Engels afirma que a família monogâmica, tal como conhecemos hoje, passou por diferentes estágios, percorrendo da família consanguínea, punaluana, sindiásmica e até

⁴ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor titular (aposentado) na Universidade Federal Fluminense. Atualmente professor no Programa de Pós Graduação em políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁵ A homofobia pode ser entendida como a atitude de hostilidade contra gays e lésbicas, que se evidencia em piadas vulgares de ridicularização desses indivíduos, chegando à vontade de extermínio ou na sua concretização (BORRILLO, 2010).

chegar à monogâmica. Esta última, se estabeleceu juntamente com as riquezas privadas e pela exploração de uns sobre outros.

O historiador Philippe Ariès, em seu livro *História social da criança e da família* (1981) nos ensina que pouco mudou do sentimento da família burguesa do século XVIII até nossos dias, apenas ampliando para outras camadas sociais.

Compreender os aspectos históricos do desenvolvimento da família possibilitou a compreensão de que existiram outras formas de organização familiar desmistificando o caráter natural que ainda é dado à monogamia. Naturalidade que se desenvolveu pautada em uma hierarquia sexual que considera a prática sexual por meio da função biológica e coloca a heterossexualidade como sexualidade legítima, destinando a todos os que contrariam essa norma em um lugar de menor importância e conseqüentemente a perpetuação do preconceito.

Outro elemento constitutivo da homofobia pôde ser captado dos estudos de Michel Foucault (2001) no livro *Os anormais*. Nesta obra o autor descreve e analisa como ocorreu o processo de formação do conceito da anormalidade desenvolvido entre os séculos XVIII e XIX no ocidente e que a nosso ver também contribuiu para o processo de constituição do preconceito sexual.

Foi no percurso da história ocidental moderna que se desenvolveu mecanismo de normatização determinando o que deveria ser considerado normal ou patológico. A construção de uma norma possibilitou controlar, corrigir e perseguir todos aqueles que desviassem do padrão estabelecido.

Além do controle dos corpos foi um período em que se produziu um saber acerca do sexo e da sexualidade. Saber que determinou à heterossexualidade monogâmica um lugar de referência e de norma, provocando uma crescente perseguição em torno das demais práticas sexuais que eram consideradas desviantes.

O apossamento dos sujeitos a corrigir teve auxílio de uma série de instituições como a família, a escola, a igreja e que em alguma medida continuam fazendo o trabalho de enquadramento, segregação e interdição.

Nas instituições de ensino, objeto deste trabalho, pode-se ver essa discriminação por meio dos seus diferentes agentes (gestores, funcionários, alunos e professores) que ora se silenciam frente a atitudes de preconceito em relação as diferentes manifestações sexuais, ora produzem discursos que contribuem ainda mais para a manutenção e perpetuação de práticas preconceituosas.

O preconceito sexual na escola

Apresentamos um excerto e as análises da conversa com Danilo, jovem de 21 anos, ao relatar como foi seu período escolar.

Foi ótimo! Só tiveram dois incidentezinhos. Um foi o dia em que me montei pela primeira vez, para fazer o teatro, eu acho que era da matéria do professor Fábio, era o teatro da matéria dele. Eu me montei, que a dona Fina (inspetora) fez o bafão comigo, pois na hora que eu saí da classe ela entrou e pediu para os alunos não me deixar fazer aquilo de novo. Que aquilo estava errado, que aquilo não podia e que eles tinham que me mudar. E o segundo incidente que foi uma brincadeira que eu achei muito sem graça e de muito mau gosto do Charles, em desenhar um pênis na minha cadeira. A classe inteira viu e ninguém me avisou, eu fiquei revoltado, fiquei mesmo.

Danilo nomeou de incidentezinhos os episódios vivenciados na escola: a repreensão da inspetora de alunos e uma brincadeira realizada por um colega de classe. Chama-nos a atenção o diminutivo – incidentezinhos – usado por ele, como se não fossem acontecimentos relevantes.

O preconceito está tão naturalizado que o jovem trata como algo secundário e corriqueiro, como se fosse algo com o que não precisássemos nos importar.

A manifestação do preconceito ocorre em diferentes formas. Seja no posicionamento da funcionária pública que afirma que o garoto estava errado e que não podia se expor daquele jeito. Os dizeres da inspetora teve um peso institucional, pois está a serviço do Estado, reforçando a sexualidade que deve ser considerada normal e correta causando prejuízo às demais formas de manifestações sexuais. Seja na “brincadeira de mau gosto” realizada por um aluno. Não é incomum a exposição de homossexuais ao ridículo, insultados por meio de desenhos ou de quaisquer outras formas. Entendemos que a exposição ao ridículo é uma forma de castigo às sexualidades consideradas desviantes.

Os dizeres de Danilo revelam a omissão e o silenciamento que ocorrem na escola. O adulto que deveria intervir no momento que ocorre uma discriminação se se cala, “ele está dizendo” que podemos discriminar as pessoas por serem diferentes de um padrão de normalidade. Esta atitude provoca sérios prejuízos na vida de um número considerável de pessoas.

Considerações finais

Os resultados destes estudos revelam quanto as instituições de ensino, através dos seus diferentes agentes, sejam eles, gestores, funcionários, alunos ou professores, contribuem para a manutenção e perpetuação de práticas homofóbicas. O silêncio, a omissão ou mesmo os discursos preconceituosos não ajudaram em nada na superação do preconceito. Pelo contrário, contribuirão para a sua continuidade e permanência.

Porém essas mesmas instituições podem também ser uma via para a superação da hostilidade e rejeição em relação as diferentes manifestações sexuais. Uma vez que possibilitar às novas gerações o acesso ao conhecimento sistematizado produzido pela humanidade, retirar os alunos do senso comum levando-os a atingirem a consciência filosófica e alcançarem a genericidade humana entendemos que estaremos no caminho da superação da homofobia e de toda forma de preconceito.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

DIAS, M. B. Legislação brasileira e homofobia. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.) **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 163-174.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRIGOTTO, G. Escola sem partido: imposição da mordada aos educadores. In: **e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando**

Rodrigues da Silva (CAp-UERJ), v. 5, n. 9, p. 11-13, jun. 2016. ISSN: 2316-9303. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/24722/17673>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

REZENDE, M. M.; PADILHA, A. M. L. Rompendo as margens do preconceito: o materialismo histórico e dialético como possibilidade de leitura da realidade. In: **Revista Linha Mestra**, ano VIII, n. 24, jan. jul. 2014. ISSN: 1980-9026. Disponível em: <<https://linhamestra24.wordpress.com/2014/07/18/revista-linha-mestra-ano-viii-no-24-jan-jul-2014-issn-1980-9026/>>. Acesso em: 27 ago 2016.

REZENDE, M. M. **A homofobia para além das aparências**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2015.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.